

INTRODUÇÃO

<http://dx.doi.org/10.24109/9788578630669.ceppe.v1intro>

Este primeiro volume dos Cadernos de Estudos e Pesquisas em Políticas Educacionais, produção da Diretoria de Estudos Educacionais (Dired) do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), destinado à publicação de estudos e pesquisas voltados à análise, ao monitoramento e à avaliação de políticas educacionais, programas e planos de educação, dedica-se à divulgação de estudos e pesquisas, produzidos no biênio 2017-2018, que examinam temas e questões proeminentes relacionados ao sistema educacional brasileiro, às políticas educacionais e ao Plano Nacional de Educação – PNE (2014-2024). Destacam-se artigos com análises de dados educacionais, especialmente os produzidos pelo Inep, que apresentam evidências e iluminam o debate sobre questões de importância singular para o panorama educacional brasileiro, bem como análises que aprofundam a compreensão das metas do PNE e propõem a discussão de questões teóricas e/ou metodológicas relacionadas aos indicadores de monitoramento das metas do Plano utilizados no *Relatório do 2º ciclo de monitoramento das metas do PNE – 2018*, produzido pelo Inep.

Esta edição se inicia com o artigo *A educação especial no Brasil: caminhos do Plano Nacional de Educação*, que objetiva responder questões inéditas sobre a demanda e a oferta da educação das pessoas com deficiência no País e averiguar desigualdades no acesso escolar entre a população com e sem deficiência. Com base em dados do Censo Demográfico de 2010, os autores identificam o atendimento e a

demanda escolar da população de 4 a 17 anos de idade com deficiência e, considerando os dados do Censo Escolar da Educação Básica de 2016, apresentam as características do atendimento educacional especializado para as pessoas em idade escolar com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação. Destacam-se achados importantes como o reduzido acesso e a acentuada evasão escolar da população com deficiência e a associação entre baixa renda, deficiência e reduzidas oportunidades educacionais.

Em seguida, são apresentados três estudos que analisam dados educacionais produzidos pelo Inep, dois deles constituindo bases longitudinais, para enfocar questões candentes da educação básica relacionadas à trajetória escolar dos alunos e ao perfil dos professores. O estudo *Trajatória escolar, aprendizagem e desigualdade no ensino fundamental no Brasil* apresenta análises exploratórias sobre o percurso e a aprendizagem dos alunos brasileiros nos anos finais do ensino fundamental (EF), no período de 2011 a 2015. Foi constituída uma base de dados longitudinais referente à coorte de alunos do 5º ano do EF que fizeram a Prova Brasil (PB) em 2011, acompanhando-se a trajetória escolar deles até o ano de 2015. Os alunos foram classificados em dois grupos de acordo com a sua trajetória escolar: regular ou irregular. Investiga-se se há diferenças no perfil dos alunos que compõem esses dois grupos, analisando-se ainda, comparativamente, as proficiências desses discentes na PB 2011, bem como sua distribuição pelos níveis de proficiência das escalas de língua portuguesa e matemática. Os resultados apontam diferenças no perfil dos alunos que apresentam trajetória regular ou irregular, sugerindo ainda que o percurso escolar seguido pelo estudante parece estar condicionado às características sociodemográficas e econômicas e ao desempenho escolar progressivo.

O estudo *Perfil do licenciando e sua escolha pela carreira docente: uma análise longitudinal* constitui um painel longitudinal, mediante a junção de bases de dados do Inep (Censo da Educação Básica, Censo da Educação Superior, Exame Nacional do Ensino Médio – Enem, Exame Nacional de Desempenho de Estudantes – Enade), e do Ministério do Trabalho (Relação Anual de Informações Sociais – Rais) e questões relacionadas aos licenciandos e seu ingresso na carreira docente. A análise divide os licenciandos em quatro grupos, adotando como critério a vinculação ou não à carreira docente, se antes e/ou durante ou após a graduação. São analisados o perfil e o desempenho desses grupos de licenciandos no ingresso, na trajetória e na conclusão do curso de graduação.

O estudo *O perfil do professor nas etapas da educação básica* utiliza os dados do Censo da Educação Básica dos anos de 2009 e 2017 para apresentar o perfil dos professores brasileiros nas diferentes etapas da educação básica. Descreve e analisa o perfil demográfico, a formação e as variáveis do contexto de trabalho dos professores, considerando os anos de 2009 e 2017.

A temática do acesso e da conclusão da educação básica por jovens e adultos é abordada no artigo *Jovens e adultos com baixa escolaridade, oferta de EJA e as*

desigualdades nas chances de conclusão do ensino fundamental e médio. Utilizando a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (Pnad) e o Censo Escolar da Educação Básica, o estudo analisa as características dos jovens e adultos que não possuem o ensino fundamental ou o médio completo e não frequentam a escola, apresentando a distribuição desses indivíduos e destacando os grupos de negros, residentes no campo e de menor renda. Apresenta ainda uma descrição das escolas e matrículas na educação de jovens e adultos – EJA e investiga as desigualdades nas chances de conclusão de etapas da educação básica, considerando o rendimento domiciliar, o sexo, o local de residência, a raça/cor e a ocupação.

Explorar aspectos teóricos e metodológicos na construção dos indicadores de monitoramento das metas do PNE é o mote dos dois próximos artigos apresentados nesta coletânea. No artigo *Os indicadores da Meta 1 do PNE: discussão metodológica e projeções da desigualdade no atendimento de crianças de 0 a 3 anos para 2024*, discutem-se aspectos metodológicos na construção dos indicadores de monitoramento da Meta 1 do PNE, indicando os efeitos das escolhas metodológicas na possibilidade de alcance dessa meta. Apresentando estatísticas descritivas e projeções de tendência, o estudo analisa o atendimento de educação infantil entre os setores público e privado, observando ainda a evolução da desigualdade de acesso a essa etapa entre as crianças de 0 a 3 anos pertencentes ao primeiro e ao quinto quintil de renda, isto é, entre os 20% mais pobres e os 20% mais ricos. Os resultados apontam o aumento da desigualdade entre os dois grupos, sendo explicitados os motivos pelos quais ele ocorreu.

No artigo *A construção dos indicadores de monitoramento da Meta 12 do PNE*, registram-se as decisões teóricas e metodológicas tomadas na construção dos indicadores da Meta 12 do Plano, que diz respeito à elevação das taxas brutas e líquidas de matrícula na educação superior da população de 18 a 24 anos de idade, assegurada a expansão no segmento público. Partindo da apresentação das alternativas para a construção de cada um dos indicadores, os autores explicitam os passos e as decisões tomadas, justificando-as. São apresentadas ainda sugestões de novos indicadores para o acompanhamento da expansão da oferta e do acesso aos cursos de graduação.

O artigo *A desigualdade no acesso à pós-graduação stricto sensu brasileira: análise do perfil dos ingressantes de cursos de mestrado e doutorado* investiga a desigualdade no acesso à pós-graduação no Brasil por meio da comparação entre o perfil dos ingressantes dos cursos de mestrado e doutorado e o dos egressos da graduação, considerando cinco critérios: desempenho acadêmico prévio, sexo, raça ou etnia, renda familiar e unidade federativa do curso de graduação.

O monitoramento e a avaliação de políticas públicas e programas educacionais são objetivos prioritários destes Cadernos e objetos do artigo *Panorama de dados e indicadores para monitoramento da lei de cotas*. O estudo apresenta um panorama crítico sobre as fontes de dados e os indicadores que permitam acompanhar a execução e os resultados da Lei de Cotas (Lei nº 12.711/2012). Analisam-se bases de dados de órgãos produtores de estatísticas oficiais – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

(IBGE), Inep e Ministério da Educação (MEC), e relatórios de pesquisa da Andifes, procurando investigar suas potencialidades e limitações quanto ao monitoramento da política de cotas nas universidades e nos institutos federais. O estudo aponta que, apesar da grande quantidade de dados produzidos, há desafios de ordem técnica e metodológica para gerar informações prestimosas para o acompanhamento da Lei de Cotas, sendo necessários esforços adicionais na coleta e no tratamento de tais fontes de dados. Sugerem-se, ainda, alternativas para superar tais dificuldades.

Encerrando esta edição, são apresentados dois artigos que trazem discussões e dados relativos ao monitoramento das Metas 19 e 20 do PNE. O texto *As formas de provimento do cargo de direção das escolas municipais e os desafios ao PNE: uma análise a partir da Munic e da Estadic (2014)* traz subsídios para o monitoramento da Meta 19, que diz respeito à gestão democrática da educação, com base em uma análise dos dados da Pesquisa de Informações Básicas Municipais (Munic) e da Pesquisa de Informações Básicas Estaduais (Estadic) de 2014, última edição disponível até o momento. O estudo apresenta análises descritivas sobre a forma de provimento do cargo de diretor escolar (concurso, indicação, eleição ou outras), bem como a necessidade de formação específica para o cargo. Investiga ainda a associação entre as formas de provisão do cargo de diretor nos sistemas municipais de ensino, considerando variáveis como: tamanho do município, Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH), processo adotado na rede estadual da unidade da Federação a qual o município pertence e frequência de reuniões dos conselhos municipais de educação.

A Meta 20 do PNE é alvo do artigo *Discussão teórico-metodológica para a produção dos indicadores de gastos públicos em educação para o monitoramento do Plano Nacional de Educação (2014 – 2024)*, que apresenta os fundamentos teóricos e os procedimentos metodológicos adotados para calcular os indicadores de monitoramento da Meta 20 do PNE utilizados no *Relatório do 2º ciclo de monitoramento das metas do Plano Nacional de Educação – 2018*, publicado pelo Inep. O texto discute a metodologia adotada para a produção de dois novos indicadores – gastos públicos em educação pública (Indicador 20A) e gastos públicos em educação (Indicador 20B) – mediante os conceitos estabelecidos pelo PNE, a legislação vigente e a revisão da literatura acadêmica, e apresenta a operacionalização da metodologia proposta, incluindo a preparação das bases de dados, os procedimentos para a identificação dos gastos em educação e o cálculo dos indicadores, que são apresentados por ente federado.

Em seu conjunto, os estudos apresentados nesta publicação reforçam a convicção do Inep de que os dados educacionais produzidos devem ser utilizados para gerar informações elucidativas e úteis aos gestores educacionais e à sociedade brasileira, reiterando o compromisso da Direção/Inep de cumprir a sua missão de promover, coordenar e disseminar estudos e pesquisas educacionais com vistas a levantar evidências, promover o debate e subsidiar o planejamento, o monitoramento e a avaliação de políticas e programas na área da educação.